

Nossas escritas vêm de longe: Escrevivências como metodologia antirracista no núcleo de direitos humanos e saúde da população LGBT (NUDHES)

Writings that come from there: Writings as an antiracism methodology in the center for human rights and health of the LGBT population (NUDHES)

Escritos que vienen de allí: Escritos como metodología antirracista en el centro de derechos humanos y salud de la población LGBT (NUDHES)

Received: 18/10/2025 | Revised: 28/10/2025 | Accepted: 29/10/2025 | Published: 31/10/2025

Fabiana Albino Fraga¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4625-1679>

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Brasil

E-mail: fabiana_albino2014@hotmail.com

Maria Amélia de Sousa Mascena Veras²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1159-5762>

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Brasil

E-mail: maria.veras@fcmsantacasasp.edu.br

Danielle Bivanco de Lima³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9243-0232>

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Brasil

Resumo

O objetivo do presente artigo é apresentar um estudo teórico-metodológico que discute a escrevivência como possibilidade de construção de uma metodologia antirracista na Saúde Coletiva. Inspirado em experiências da autora no Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBT+ (NUDHES), o texto analisa as implicações éticas, epistemológicas e políticas de uma escrita situada, que reconhece a relevância das narrativas como parte constitutiva da produção científica. A partir do diálogo com autoras negras como Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Barbara Carine Soares e Patricia Hill Collins, bem como com as críticas feministas à objetividade formuladas por Donna Haraway e Audre Lorde, o artigo propõe compreender a escrevivência não como técnica ou método fixo, mas como gesto epistemológico capaz de deslocar o modo de fazer ciência e cuidado em saúde. O artigo reflete sobre as experiências formativas no NUDHES com mulheres trans e travestis negras, discutindo de que maneira essas interações tensionam hierarquias de saber e desafiam os parâmetros de neutralidade científica ainda vigentes.

Palavras-chave: Escrevivência; Saúde Coletiva; Epistemologias Negras; Metodologia Antirracista; Mulheres Trans e Travestis Negras.

Abstract

The objective of this article is to present a theoretical-methodological study that discusses writing as a possibility for constructing an anti-racist methodology in Public Health. Inspired by the author's experiences at the Center for Research on Human Rights and Health of the LGBT+ Population (NUDHES), the text analyzes the ethical, epistemological, and political implications of situated writing, which recognizes the relevance of narratives as a constitutive part of scientific production. Based on dialogue with Black authors such as Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Barbara Carine Soares, and Patricia Hill Collins, as well as feminist critiques of objectivity formulated by Donna Haraway and Audre Lorde, the article proposes to understand writing not as a fixed technique or method, but as an epistemological gesture capable of shifting the way science and health care are conducted. The text reflects on

¹ Doutora em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), Brasil. Pesquisadora na área de saúde, gênero e desigualdades étnico-raciais, com experiência em antirracismo, interseccionalidade e epistemologias negras.

² Professora do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP). Atua nas áreas de Saúde Pública, Epidemiologia e Direitos Humanos, com ênfase em saúde da população LGBT+.

³ Professora assistente do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP). Pesquisa atenção primária, comunicação e educação em saúde.

the formative experiences at NUDHES with Black trans women and transvestites, discussing how these interactions strain hierarchies of knowledge and challenge the prevailing parameters of scientific neutrality.

Keywords: Writing; Collective Health; Black Epistemologies; Anti-Racist Methodology; Black Trans Women and Transvestites.

Resumen

El objetivo del presente artículo es presentar un estudio teórico-metodológico que analiza la escritura como una posibilidad para construir una metodología antirracista en Salud Pública. Inspirado en las experiencias de la autora en el Centro de Investigación sobre Derechos Humanos y Salud de la Población LGBT+ (NUDHES), el texto analiza las implicaciones éticas, epistemológicas y políticas de la escritura situada, que reconoce la relevancia de las narrativas como parte constitutiva de la producción científica. A partir del diálogo con autoras negras como Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Barbara Carine Soares y Patricia Hill Collins, así como de las críticas feministas a la objetividad formuladas por Donna Haraway y Audre Lorde, el artículo propone entender la escritura no como una técnica o método fijo, sino como un gesto epistemológico capaz de transformar la forma en que se gestionan la ciencia y la atención médica. El texto reflexiona sobre las experiencias formativas en el NUDHES con mujeres trans y travestis negras, y analiza cómo estas interacciones tensionan las jerarquías del conocimiento y desafían los parámetros imperantes de neutralidad científica.

Palabras clave: Escritura; Salud Colectiva; Epistemologías Negras; Metodología Antirracista; Mujeres Trans y Travestis Negras.

1. Introdução

Defender uma escrita que nasce das margens exige mais do que respaldo teórico: exige reconhecer que há produção de conhecimento fora das fronteiras acadêmicas. É nesse território, permeado por desigualdades e disputas, que as escrevivências se afirmam como forma de narrar e compreender. As escrevivências partem de experiências concretas — da rua, da pista, das relações de cuidado — e, ao fazê-lo, inscrevem outras formas de pensar a saúde e o conhecimento.

No campo da Saúde Coletiva, ainda predomina uma lógica de padronização que tende a separar razão e experiência, método e memória. Essa estrutura confere legitimidade apenas a certas formas de dizer e, consequentemente, a determinados sujeitos. A escrita situada de mulheres negras — pesquisadoras, trabalhadoras, pacientes ou militantes — frequentemente é interpretada como carente de rigor, como se o engajamento e a implicação pessoal anulassem a validade científica. Como aponta Carneiro (2005), a neutralidade que se pretende universal tem cor, gênero e origem: é branca, masculina e europeia; portanto, questioná-la é parte do esforço de reconstruir o que se entende por ciência.

A partir da formulação de Conceição Evaristo (2021), a escrevivência que não tinha como objetivo ser uma “metodologia” opera justamente nesse ponto de inflexão: transforma a experiência em eixo de reflexão. Ela não busca reproduzir o vivido como documento, mas reinscrevê-lo como reflexão. A cada narrativa, entrelaçam-se dimensões pessoais e coletivas, compondo uma metodologia que escuta, observa e devolve às pessoas que compartilham suas experiências — e à própria autora — um lugar ativo na produção do conhecimento.

Essa proposta encontra eco em Barbara Carine Soares (2021), que entende o ensino e a pesquisa como campos de disputa epistemológica e moral. Para a pesquisadora, pensar a ciência a partir da negritude implica reivindicar não apenas novos objetos de estudo, mas também novas formas de conhecer.

Donna Haraway (2009) reforça essa ideia ao propor o conceito de “saberes localizados”: todo olhar é parcial e todo conhecimento nasce de uma posição situada. Já Audre Lorde (1984) lembra que não há hierarquia entre as violências e que as diferenças, quando nomeadas, podem se tornar fonte de criação — não de exclusão. É nesse diálogo que este ensaio se inscreve.

As reflexões aqui apresentadas nasceram do trabalho desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBT+ (NUDHES), espaço de formação e cuidado voltado a pessoas LGBT+, com atenção especial às travestis e mulheres trans. Essa atuação me colocou diante de um desafio ético e epistemológico: como escrever a partir desse

lugar duplo — o da pesquisadora e o da profissional que compartilha com as participantes parte de suas experiências de racialização e de gênero — sem transformar o ensaio em um relato íntimo, nem apagar as tensões vividas?

O presente artigo é, portanto, um exercício de escrita que busca responder a essa questão. Ele não relata uma pesquisa empírica no sentido estrito, mas reflete sobre o modo como as experiências no NUDHES — os encontros, as falas, as escutas — contribuíram para repensar o fazer científico do qual muitas vezes somos levados a acreditar como único e válido. A escrevivência é tomada como perspectiva metodológica que possibilita compreender a saúde coletiva a partir das margens, ao valorizar que todo conhecimento é situado e depende das condições históricas e sociais de quem o enuncia.

O objetivo deste artigo é desenvolver uma reflexão teórico-metodológica sobre a escrevivência como possibilidade de construção de uma metodologia antirracista na Saúde Coletiva, a partir das experiências vividas no NUDHES e de seus desdobramentos éticos, epistemológicos e políticos.

2. Metodologia

A pesquisa foi avaliada e aprovada pela Comissão Científica do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (Parecer nº 07/2024). Por se tratar de uma investigação baseada em narrativas da própria pesquisadora, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme parecer da instituição. Todos os princípios éticos que orientam a condução de pesquisas acadêmicas foram respeitados. Realizou-se uma pesquisa documental de fonte indireta, de natureza qualitativa e reflexiva (Pereira et al., 2018), a qual foi realizada com uso de artigos num tipo de revisão não sistemática narrativa (Rother, 2007).

“Quem é essa Mapô?”⁴: escritas que aproximam

Minha inserção no NUDHES (Núcleo de Pesquisa em Saúde e Direitos Humanos da População LGBT+) ocorreu após o período mais crítico da pandemia de Covid-19, em 2022, quando fui convidada a atuar como pesquisadora e supervisora de campo no projeto Manas por Manas. O estudo, de caráter randomizado controlado, teve como objetivo comparar a adoção de uma intervenção multinível intitulada “Manas por Manas” por TrMT no Brasil, avaliando quantitativamente a adesão a testes de HIV (autotestes e aplicados em clínicas), a iniciação de PrEP e outros serviços de prevenção — como redução de danos no uso de substâncias e uso de preservativos — além da redução do estigma interseccional e do fortalecimento da resiliência ao estigma entre TrMT do grupo de intervenção e do grupo controle, que permaneceu em espera e recebeu a mesma intervenção um ano depois. As participantes foram aleatoriamente distribuídas entre os dois grupos da pesquisa. O projeto utilizava a metodologia da navegação entre pares, cujo objetivo era fomentar a troca de conhecimentos sobre prevenção, acesso aos serviços de saúde e autocuidado. Durante o evento de introdução, uma das participantes perguntou: “Quem é essa Mapô?”. Essa questão surgiu não como uma provocação, mas como um reflexo da identificação com o ambiente compartilhado, no qual, apesar das diferenças nas identidades de gênero, as participantes se reconheceram nas lutas e nas vivências de suas identidades raciais e corporais (Nogueira, 2021).

A aproximação com o núcleo permitiu interações com mulheres trans e travestis e proporcionou uma compreensão mais profunda da diversidade presente dentro de um mesmo grupo. Os encontros de supervisão ocorreram semanalmente, de março a dezembro de 2022, pela plataforma Meet. Das quatro navegadoras de pares, uma era branca, duas eram negras e uma

⁴ Mapô” é a forma reduzida de “Amapô”, termo do pajubá — vocabulário de origem iorubá utilizado em comunidades LGBTQIA+ — que significa “mulher” e passou a designar, especialmente, mulheres cisgêneras.

afro-indígena. Esse contato não foi apenas uma troca de experiências profissionais, mas também um espaço de compartilhamento de vivências pessoais, especialmente entre as mulheres negras.

Foi necessário repensar os processos de trabalho, levando em conta as histórias de vida de cada uma, o que resultou em uma reflexão sobre a tradução dos trabalhos acadêmicos que abordavam temas como racismo e transfobia, de forma a torná-los mais acessíveis e contribuir para as discussões.

O desenvolvimento deste trabalho também envolveu a reflexão sobre as disputas epistêmicas organizadas por movimentos que defendem a descolonização e se opõem às estruturas de poder que ainda dominam a produção acadêmica. O objetivo era repensar a posição dos saberes descolonizados, sua agenda e resistir aos modelos epistemológicos que ainda hierarquizam o conhecimento na saúde. Isso destaca a importância de relatar os processos que impulsionam a produção do conhecimento, afastando-se dos paradigmas acadêmicos dominantes.

A construção de uma metodologia decolonial em saúde passa pela necessidade de criar espaços de compreensão mútua sobre vivências, lugares sociais, experiências e diferentes formas de saberes, especialmente de pessoas vulnerabilizadas, como aborda a pesquisadora Giovana Xavier (2019). A escrita-metodológica decolonial abre portas para o reconhecimento de múltiplos caminhos e saberes, dando visibilidade a necessidades e possibilidades de novos conhecimentos.

A utilização da escrivivência e a valorização da experiência de conhecer as realidades de outras pessoas possibilitaram o compartilhamento de experiências sem que fosse necessário adotar a separação entre pesquisadora e participantes, como propõem muitas teorias e epistemologias que hierarquizam as vivências. Isso cria uma grande barreira para pesquisadoras negras que muitas vezes vêm do mesmo contexto social das participantes, sobretudo em trabalhos que abordam as relações étnico-raciais. Romper com essa hierarquia na escrita e na metodologia acadêmica é uma forma de se apropriar de uma epistemologia construída em primeira pessoa (Evaristo, 2007; Hooks, 2013).

Essa abordagem subverte a forma como o conhecimento é produzido dentro e fora do meio acadêmico, colocando em evidência vozes, emoções e até risadas, que são essenciais para a análise. Ao adotar essa metodologia, buscamos não apenas aproximar e dar visibilidade a saberes contra-hegemônicos, mas também reconhecer a importância dessas experiências na construção de uma prática de saúde coletiva mais inclusiva.

Inspiradas por novas formas de escrita (Bezerra, Cavalcanti & Moura, 2023), propomos um lugar de fala em primeira pessoa, no qual a compreensão mútua entre as pessoas seja a base para uma transformação social. A decolonialidade, enquanto movimento crítico, busca romper com as estruturas coloniais de poder, conhecimento e ser que ainda persistem nas sociedades contemporâneas. Ela propõe uma reavaliação das epistemologias dominantes, colocando em foco saberes e práticas historicamente marginalizados.

No campo da saúde, essa abordagem desafia a hegemonia dos paradigmas tradicionais, propondo uma prática mais inclusiva, conectada com as realidades locais e com saberes populares. No Brasil, o interesse por trabalhos na área da saúde com uma perspectiva decolonial tem aumentado nos últimos anos.

Dentro da saúde coletiva, a discussão sobre a colonialidade das ciências da saúde surge como uma temática emergente, que critica a prevalência de uma epistemologia baseada no positivismo, racionalismo e ocidentalismo. Essa lógica garante à medicina convencional um status de legitimidade, ligado ao conceito de "modernidade", enquanto ignora e até subjuga saberes locais e tradicionais de saúde (Quijano, 2005). Essa dinâmica de exclusão molda não apenas as políticas de saúde, mas também os padrões éticos de cuidado, muitas vezes gerando contradições quando confrontada com realidades locais que resistem à imposição global.

A resistência a essa ordem globalizada se manifesta de diversas formas — desde a dúvida até a resiliência ativa de grupos que buscam preservar seus conhecimentos tradicionais frente à pressão para se adequar às normas e práticas médicas

dominantes (Santos, 2018). A escrita decolonial a partir da escrevivência oferece uma ferramenta poderosa para desconstruir as narrativas tradicionais que frequentemente silenciavam ou distorciam as experiências de mulheres negras, trans e travestis. Esse processo de escrita e reflexão coletiva não apenas documenta as realidades vividas, mas também valida e legitima formas de conhecimento essenciais para a construção de políticas de saúde mais alinhadas com as necessidades dessas comunidades.

Ao integrar esses saberes, podemos criar um diálogo mais eficaz entre as políticas públicas e as realidades locais, promovendo uma prática de saúde mais efetiva.

3. Resultados e Discussão

Gira de conversa: formação antirracista com mulheres trans e travestis

O movimento de ensino-aprendizagem é investigado por diversos teóricos há longas datas, suscitando diversas concepções sobre o assunto. Para Kant (2004), a educação é o maior e mais complexo problema proposto às pessoas, justamente por ser possível resultado de toda a sua experiência, o que exclui a ideia de uma “educação perfeita” assim, toda experiência é inacabada.

A partir dessa definição, e em consonância com os pensamentos de Freire (2019) em Pedagogia do Oprimido, aprender é a constante busca por crescimento e satisfação pessoal, e ensinar envolve um processo mútuo:

“Ensinar inexiste sem aprender e foi aprendendo socialmente que, historicamente, homens e mulheres descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar” (p. 25-26).

Segundo a professora Nilma Lino Gomes (2023), há ainda a necessidade de uma "pedagogia das emergências", definida como aquela que "reconhece e torna crível os saberes articulados e sistematizados pelos movimentos sociais", implicando na emancipação dos pensamentos e práticas educacionais 24.

Partindo desse princípio, o convite para uma atividade de formação com a proposta de letramento racial para mulheres trans e travestis motivou o uso de conceitos de autoras antirracistas em uma linguagem acessível, com o objetivo de construir um encontro em que os saberes se complementarão. Assim, iniciou-se uma gira de conversa, utilizando músicas de artistas negros para aproximar e unir as diversas experiências, possibilitando a confluência de conhecimentos.

Como parte do processo de formação, e considerando o conceito de "lugar de fala", proposto por Djamila Ribeiro (2017), entendido como uma interação de igual para igual, foram utilizadas duas perguntas como disparadoras para enfatizar a importância de não se definir certo e errado, mas sim promover a construção coletiva: “O que é racismo para você? E o que é branquitude para você?”

A partir das primeiras falas, foi possível identificar a melhor estratégia diante das diversidades de pensamentos, vivências e saberes. Com os aprendizados disparados por cada fala, foi possível discutir racismo e branquitude utilizando o conceito de Cida Bento, articulando com os ensinamentos que cada uma trazia.

Como resultado da atividade, houve uma participação ativa, onde as pessoas estavam livres para falar quando desejassesem, conforme o acordo previsto, levando em conta a necessidade de fala e escuta de ambos os lados. Com base nisso, foram utilizadas na apresentação frases que refletiam experiências pessoais relacionadas à cor da pele.

A seguinte pergunta foi feita após a intervenção de uma travesti negra:

“Sol, a partir do que você falou... você considera que, em um primeiro contato, a primeira discriminação que experiência é por conta de sua raça ou por ser travesti?”

Sol responde com uma frase que ouviu da mãe: “Mas você entrou na fila três vezes: preta, pobre e viado”, e em seguida afirma que o racismo é o primeiro entre as diversas violências que o corpo dela sofreu e ainda sofre.

Considerando o exposto por Kilomba (2008, p. 74–75) sobre a necessidade de dar voz aos sujeitos e sujeitas em Tornando-se sujeitos falantes, trabalhar racismo e branquitude na perspectiva da identidade de gênero permitiu a aproximação das realidades que moldam ações, formas de visão e aprendizados. A riqueza das falas das mulheres trans e travestis, apresentada na atividade, impulsionou a construção da "Metodologia das Travestilidades Negras", onde as histórias são apresentadas de forma a demonstrar o ensino-aprendizagem como uma via de mão dupla. Esse encontro resultou em uma fusão rica entre as vivências delas e de outras, incentivando a integração de diversas histórias pessoais.

A profundidade dessa troca estimulou uma reflexão sobre as singularidades de cada experiência, destacando a necessidade de desenvolver uma abordagem que ultrapasse os moldes predefinidos comuns às metodologias tradicionais. O que estava sendo construído ali não era apenas um conjunto de técnicas ou teorias, mas sim um espaço de escuta e de reconhecimento mútuo.

Essas trocas não apenas fortaleceram o processo formativo, mas também lançaram luz sobre a importância de metodologias que partem da escuta e do reconhecimento. A partir daqui, seguimos ampliando o olhar para outras experiências e estratégias que reafirmam o protagonismo de corpos dissidentes na construção de saberes.

Metodologia das travestilidades negras e “pencas”⁵ de saberes: uma metodologia construída em primeira pessoa

A compreensão de que a constituição do campo da Saúde Coletiva no Brasil resultou da atuação de diferentes sujeitos em variados contextos sociais é fundamental para a análise crítica da área. Esse reconhecimento amplia a percepção sobre a complexidade do campo e evidencia como ele se constrói a partir de vínculos comunitários, desde as práticas cotidianas até a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) (Barbosa, 2017). Nesse contexto, é relevante destacar que este trabalho está profundamente enraizado nessas realidades. Ele emerge das experiências vividas por mim, enquanto mulher negra, enfermeira e pesquisadora, assim como das demandas observadas no contato direto com pessoas em situação de vulnerabilidade, muitas vezes fora dos limites institucionais.

A articulação entre saberes acadêmicos, práticas territoriais e as vivências das pessoas que acessam os serviços do SUS evidencia as particularidades que conformam o campo da saúde coletiva. Esse processo de troca revela que a produção de conhecimento não se limita a aspectos técnicos ou formais, mas envolve também o reconhecimento da legitimidade dos saberes situados, construídos a partir das experiências concretas dos sujeitos.

É necessário, portanto, compreender que essa construção não se dá de forma linear. Mesmo quando inseridos em um mesmo contexto social, os indivíduos possuem trajetórias singulares, com vivências e percepções distintas. Nessa direção, Milton Santos (2017) aponta que as cidades impõem barreiras visíveis e invisíveis que afetam de forma desigual o direito de circular e ocupar espaços. Assim, para que uma metodologia seja efetiva, ela precisa considerar esses “caminhos singulares” como parte de sua estrutura.

A articulação entre escrita e experiência possibilita uma produção de conhecimento rica e multifacetada, marcada pelos diversos significados atribuídos em um mesmo contexto. Como indica Benjamin (1994), as narrativas vividas ou relatadas carregam as marcas de quem narra, o que confere a elas um caráter simultaneamente individual e coletivo. Desse modo, optamos por utilizar narrativas que não apenas expõem experiências corporais, mas que também incorporam suas

⁵ “Pencas” é uma expressão do pajubá — vocabulário de origem afro-iorubá utilizado em comunidades LGBTQIA+ — que significa “muitas” ou “várias”, usada para indicar abundância ou intensidade.

dimensões simbólicas, históricas e afetivas. Esses elementos são indissociáveis da construção de práticas de cuidado pautadas pela equidade. A partir dessa perspectiva, a produção de saberes oriundos das travestilidades negras encontra, nas escrevivências, uma ferramenta metodológica e política potente. Mais do que uma estratégia de enunciação, a escrevivência configura-se como um modo de escrita que escuta, registra e respeita as pedagogias construídas pelas sujeitas de suas próprias histórias.

Como propõe Maria Clara Araújo (2022) em Pedagogia das Travestilidades 30, a escrevivência não se limita à função de relato. Trata-se de um ato de resistência que rompe com os limites da narrativa tradicional, conferindo profundidade crítica e legitimidade às experiências diretas como forma de produção de conhecimento. Nesse sentido, escrever é integrar o vivido e o coletivo, promovendo a valorização de saberes capazes de tensionar e transformar tanto a teoria quanto a prática em saúde.

Segundo Nunes (2010), as narrativas desempenham um papel central na compreensão de como experiências de dor e sofrimento são expressas e interpretadas, destacando a importância de abordagens que ultrapassam a lógica diagnóstica tradicional. Elas permitem acessar dimensões mais profundas do cuidado, nas quais o ato de escutar é tão relevante quanto o de intervir.

Ao adotar as narrativas como ferramenta metodológica, valoriza-se a subjetividade como dimensão fundamental da experiência em saúde. Retomar o lugar de fala dos sujeitos e reconhecer o potencial epistemológico das suas vivências contribui para a construção de práticas mais sensíveis, comprometidas com as realidades concretas das populações atendidas.

As escrevivências emergem como uma forma de escrita que tem sido cada vez mais utilizada na pesquisa qualitativa, preservando a fluidez de um relato que não se limita a uma perspectiva esquemática de pergunta-resposta (Evaristo, 2007). O propósito dessa abordagem é reconstruir os fatos sociais a partir do ponto de vista de quem narra, permitindo uma fusão entre os acontecimentos e o contexto do qual fazem parte. Dessa forma, as escrevivências não apenas relatam, mas também constroem significados, oferecendo uma visão holística que abraça tanto a experiência individual quanto as influências sociais e culturais que a moldam.

A importância das escrevivências na compreensão das subjetividades no campo da saúde coletiva aplica-se concretamente no desenvolvimento de práticas de cuidado mais equitativas e inclusivas.

Ao mergulharmos nas práticas de saúde, é essencial refletir sobre como as escrevivências podem transformar e enriquecer essas práticas, especialmente no atendimento às populações historicamente marginalizadas. Essas ferramentas, que ultrapassam características metodológicas, revelam-se potentes aliadas na superação das barreiras que ainda persistem no sistema de saúde. Elas permitem que o atendimento esteja alinhado com as necessidades e particularidades de cada pessoa, garantindo que as vozes dessas populações sejam ouvidas e respeitadas. A partir dessa perspectiva, minha atuação profissional não apenas se modifica, mas se amplia, ao incorporar as escrevivências como um caminho para construir cuidado em saúde.

4. Considerações Finais

A pesquisa fundamentada em escrevivências, alinhada aos movimentos das feministas negras, evidencia a importância de revisitar memórias para narrar histórias que foram, por muito tempo, invisibilizadas pela rigidez da ciência tradicional. Essa abordagem resgata uma postura política e social em constante construção e destaca-se pela sua natureza colaborativa, ao refletir a interação contínua entre participantes e pesquisadores. A metodologia adotada considera as vivências compartilhadas e construídas em diálogo com as participantes, integrando saberes, contextos e necessidades diversas, o que contribui para a qualificação tanto da produção científica quanto das práticas no campo da saúde.

Dado que as áreas do conhecimento estão em constante transformação, é essencial que a saúde coletiva acompanhe essas mudanças. As escrevivências apresentam novas formas de acessar e aplicar o conhecimento, valorizando a diversidade das experiências sociais. No Brasil, temas como Aids, tuberculose, violências, privação de liberdade, imigração, situação de rua e a pandemia de Covid-19 são exemplos de fenômenos que precisam ser narrados pelos sujeitos diretamente impactados, oferecendo subsídios relevantes para a formulação de práticas de cuidado mais integradas e eficazes.

A adoção das escrevivências como ferramenta metodológica representa uma estratégia política que ultrapassa a denúncia de desigualdades. Ela contribui para evidenciar e questionar as limitações impostas aos direitos humanos e sociais. Essa abordagem reforça a ideia de que a saúde deve ser compreendida não apenas como um campo técnico, mas como um espaço que envolve experiências individuais e coletivas que influenciam diretamente os modos de adoecer e cuidar.

A realização da "Gira de Conversa", em setembro de 2023, possibilitou o aprofundamento nas perspectivas das participantes, revelando uma diversidade de experiências que expressam tanto as desigualdades quanto as conexões entre elas. O compartilhamento dessas histórias, construído com base em confiança e escuta ativa, é fundamental para o desenvolvimento de práticas que estejam alinhadas com as reais demandas das comunidades.

As trajetórias individuais e a resistência coletiva colocam em questão modelos tradicionais de pesquisa e intervenção, abrindo caminhos para abordagens mais contextualizadas e efetivas no campo da saúde coletiva.

Considerando os resultados e reflexões produzidos, é possível afirmar que metodologias baseadas nas escrevivências ampliam as possibilidades de análise e intervenção em saúde. Elas fortalecem a produção de conhecimento comprometida com a realidade dos sujeitos envolvidos e contribuem para práticas mais responsivas, equitativas e conectadas com os desafios concretos enfrentados por populações historicamente marginalizadas.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, ao Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBT+ (NUDHES) pelo espaço de formação e diálogo, e às pessoas que, com suas vivências e generosidade, inspiraram e tornaram possível esta nossa escrita.

Referências

- Araújo, M. C. (2022). Pedagogias das travestilidades. Editora Civilização Brasileira.
- Barbosa, M. I. S. (2017). Vínculo: um conceito problemático no campo da Saúde Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 739–758. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300004>
- Bezerra, P. A., Cavalcanti, P., & Moura, L. B. de A. (2023). Colonialidade e saúde: Olhares cruzados entre os diferentes campos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 33, e33025.
- Benjamin, W. (1994). Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura. Editora Brasiliense.
- Carneiro, S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.
- Cruz, L. P., Oliveira, G. M., & Santos, F. R. (2024). Educação popular em saúde e práticas comunitárias. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 28, e240102.
- Evaristo, C. (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In M. A. Alexandre (Ed.), Representações performáticas brasileiras (pp. 45–67). Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Freire, P. (2019). Pedagogia do oprimido (61ª ed.). Editora Paz e Terra.
- Grosfoguel, R. (2011). La descolonización del conocimiento: Diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. Barcelona: CIDOB Edicions.
- Haraway, D. (2009). Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. São Paulo: Editora 34.

- hooks, b. (2013). Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. Editora WMF Martins Fontes.
- Kant, I. (2004). Sobre a pedagogia. São Paulo: Editora Unesp.
- Kilomba, G. (2008). Tornando-se sujeitos falantes: Experiências e reflexões sobre racismo e subjetividade. Lisboa: Edições Colibri.
- Lorde, A. (1984). I'm your sister: Black women organizing across sexualities. New York: Kitchen Table: Women of Color Press.
- Nogueira, I. B. (2021). A cor do inconsciente: Significações do corpo negro. Editora Perspectiva.
- Nunes, E. D. (2010). A experiência com a doença: da entrevista à narrativa. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(2), 415–434.
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. Editora da UFSM.
- Ribeiro, D. (2017). O que é lugar de fala? São Paulo: Letramento.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), 5–6.
- Santos, M. (2017). Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. Editora Record.
- Soares Pinheiro, B. C. (2020). *@Descolonizando_saberes: mulheres negras na ciência*. São Paulo, SP: Editora Livraria da Física.
- Xavier, G. (2019). Metodologias antirracistas e epistemologias negras na pesquisa social. Rio de Janeiro: PUC-Rio.